

No processo histórico de conformação das distinções entre os campos disciplinares, a criança foi tomada como objeto por excelência de uma psicologia do desenvolvimento que pouco dialogou, na maior parte de sua produção, com ciências como a sociologia, a antropologia e a história. Daí o paradoxo de as crianças serem excessivamente analisadas, classificadas como seres biopsicológicos, mas ignoradas como atores sociais, portadores e produtores de cultura.

Atualmente, no entanto, pensar a criança e a infância a partir das ciências humanas e sociais nos indica a necessidade de assumir uma “perspectiva polifônica”. Ao leitor cabe estabelecer as conexões, convergências, bem como as diferenças e contradições nas questões tematizadas nos diferentes textos desta obra, que oferece elementos para a reflexão e para o debate. Mas cabe-nos, como pesquisadores e profissionais que atuam junto a estes sujeitos concretos, crianças, não sobrepor o nosso discurso ao discurso infantil, retomando a origem etimológica que, ao nomear a criança, define uma *infans*: a dos sem fala. Parafraseando Freud, cabe-nos, em nossas práticas, indagar a respeito deste intrigante sujeito: *Afinal, o que quer uma criança?*

www.vozes.com.br

 EDITORA
VOZES
Uma vida pelo bom livro
vendas@vozes.com.br

ISBN 978-85-326-3716-1



9 788532 637161

Estudos da Infância

Manuel Sarmiento
Maria Cristina Soares de Gouvea (orgs.)



Manuel Sarmiento
Maria Cristina Soares de Gouvea
(organizadores)

Estudos da Infância

Educação e Práticas Sociais

 EDITORA
VOZES

SUMÁRIO

Apresentação – Olhares sobre a infância e a criança, 7

Parte I: Diálogos disciplinares, 15

1. Sociologia da Infância: correntes e confluências, 17
Manuel Jacinto Sarmento
2. Infância e filosofia, 40
Walter Omar Kohan
3. Infância e psicologia – Marcos teóricos da compreensão do desenvolvimento da criança pequena, 62
Vera Maria Ramos de Vasconcelos
4. Outras crianças, outras infâncias?, 82
Ana Maria Rabelo Gomes
5. A escrita da história da infância: periodização e fontes, 97
Maria Cristina Soares de Gouvea
6. A infância interroga a pedagogia, 119
Miguel G. Arroyo

Parte II: Infância, educação e práticas sociais, 141

1. “Branco demais” ou... Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa *com* crianças, 143
Maria Manuela Martinho Ferreira
2. Crianças e adultos em diferentes contextos – Desafios de um percurso de pesquisa sobre infância, cultura e formação, 163
Sonia Kramer
3. Manuscritos de uma menina: o que faz texto aos 6 anos de idade, 190
Eduardo Calil
4. A criança na idade média – Reflexões sobre cultura lúdica, capitalismo e educação, 207
Solange Jobim e Souza
Raquel Gonçalves Salgado
5. Crianças e televisão: convergências e divergências de um campo de estudo, 222
Sara Pereira

APRESENTAÇÃO

Olhares sobre a infância e a criança

A infância, no campo das ciências humanas e sociais, ao longo do século XX, foi mais anunciada em algumas esparsas investigações que afirmada num conjunto substantivo de produções, restringindo-se preponderantemente ao domínio da psicologia, onde configurou um campo próprio. Apesar da muito prolixa produção de estudos, ensaios e pesquisas sobre as crianças, a partir do início do século XX, especialmente nos domínios das ciências da saúde infantil, da psicologia ou do que poderíamos chamar de “puericultura”, a infância, enquanto categoria social, constituída por sujeitos historicamente situados, permaneceu em larga medida por estudar. No processo histórico de conformação das distinções entre os campos disciplinares, a criança foi tomada como objeto por excelência de uma psicologia do desenvolvimento que pouco dialogou, na maior parte de sua produção, com ciências como a sociologia, a antropologia e a história. Daí o paradoxo de termos as crianças abundantemente (excessivamente?) escrutinadas, analisadas, classificadas como seres biopsicológicos, mas ignoradas como atores sociais, portadores e produtores de cultura.

Tal diferenciação tornou opaca, nas demais ciências, a importância do pertencimento geracional no entendimento das relações indivíduo-sociedade, em que os sujeitos sociais foram aprendidos privilegiadamente a partir de outras categorias identitárias, como classe social, gênero, etnia, religião. Por outro, no interior da psicologia, as correntes dominantes da psicologia do desenvolvimento construíram um modelo conceitual fundado numa perspectiva biologizante. A idade foi pensada como categoria substantiva, em que os processos sócio-históricos apenas influenciariam o curso de um desenvolvimento definido por uma maturação das estruturas internas.

No entanto, no resgate a algumas esparsas produções, quer no campo da história, quer da sociologia, quer da antropologia, alguns estudos de autores reconhecidos por sua produção voltada para outros objetos do conhecimento afirmavam a importância de tomar a criança como tema de análise.

No Brasil, chama atenção a indicação presente em Gilberto Freyre, da proposta de: “escrever uma história do menino – de sua vida, dos seus brinquedos, dos seus vícios – brasileiro, desde os tempos coloniais até hoje... É um grande as-

sunto. E cremos que só com uma história deste tipo – histórica, sociológica, psicológica, antropológica, psicológica e não cronológica – será possível chegar-se a uma idéia da personalidade do brasileiro. É o menino que revela o homem” (1921, apud PRIORI, 1999: 12)¹.

Vale a pena resgatar a perspectiva anunciada por Freyre, anterior à produção de sua obra maior: *Casa grande e senzala*². Por um lado, a infância tomada não como objeto anedótico de análise das ciências sociais, mas possibilitador da apreensão das singularidades de constituição de identidades sociais (o que o autor define imprecisamente como a personalidade do brasileiro). Por outro, o caráter interdisciplinar anunciado, em que a investigação histórica dar-se-ia no diálogo com outros campos do conhecimento. Nos estudos dos assim denominados folcloristas, as expressões do que hoje denominamos cultura infantil eram contempladas como manifestações da cultura popular, a ser resgatada e registrada, muitas vezes compreendidas como exemplares do primitivismo lógico da criança e do povo. Os estudos de autores como Silvio Romero e Câmara Cascudo indicam tal olhar.

Florestan Fernandes, freqüentemente citado como precursor de estudos sobre a criança e suas expressões culturais pelo seu trabalho sobre *As troças do Bom Retiro*, anuncia um olhar que rompe com tal perspectiva, voltando-se não para a análise do repertório lúdico infantil, mas o estudo das suas formas de sociabilidade, expressas na atividade do brincar.

Em Portugal, o longo período da ditadura salazarista-marcelista (1926 a 1974) impediu o florescimento das ciências sociais e reprimiu os estudos que se viam desenvolvendo no período republicano (1910 a 1926). Esses estudos focavam a criança sobretudo como objeto de um conhecimento de natureza sociopsicopedagógica, especialmente no quadro do florescimento da reflexão realizada no âmbito da Escola Nova. Deste modo, os dois quartéis intermédios do século XX, época de grande florescimento dos estudos sobre as crianças na Europa, encontraram em Portugal condições extraordinariamente adversas para a pesquisa científica. Assim, as imagens sociais das crianças viveram em larga medida dominadas não pelo discurso científico ou pericial, mas por uma visão conservadora, nacionalista e patriarcal da infância. Nesse país, durante décadas não houve “infância”, mas “mocidade”, tal era a influência ideológica e doutrinária do regime fascista para propagandear um ideal de criança submissa, obediente e que apenas não era passiva, porque dela se esperava o envolvimento ativo na “obra” do regime, nomeadamente no âmbito da ação obrigatória realizada dentro da “Mocidade portuguesa”, milícia infanto-juvenil do regime. Apenas a poesia (“Portugal é um país de poetas”...) resgatava uma outra visão da infância feita irreverente ou mesmo iconoclasta no menino dos poemas do *Guardador de rebanhos*, de Alberto Caeiro – Fernando Pessoa, ou nas crianças detentoras de uma sabedoria social incontaminada e telúrica de uma Sophia de Mello Breyner ou de um Rui Belo. So-

mente no último quartel do século, com a “explosão das ciências sociais num país democrático”, a pesquisa sobre a infância se desenvolveu e afinou pelo diapasão internacional.

Para além do contexto brasileiro e português, destaca-se o sempre citado Benjamin³, em sua perspectiva original de análise das expressões culturais da criança, na relação com o adulto. A sensibilidade do autor na apreensão do universo infantil fez-se presente não apenas na sua produção acadêmica, mas refletiu-se no programa de rádio, dirigido ao público infantil, interrompido com a chegada dos nazistas ao poder e exílio do autor. A criança em Benjamin constituía não apenas objeto de investigação, mas sujeito de diálogo, em que o autor buscava resgatar o patrimônio da cultura infantil expresso em histórias, músicas transmitidas em seu programa radiofônico.

Outro autor, situado no campo da filosofia, Huizinga⁴, toma não a infância como objeto de análise, mas estabelece instigante estudo sobre uma das expressões maiores da criança: o brincar. O autor dá visibilidade aos mecanismos envolvidos na atividade lúdica, tomadas não como domínio da criança, mas expressão do humano.

Essas breves indicações permitem-nos situar a proposta que sustenta a produção deste livro. Se é possível resgatar historicamente, em escritos esparsos de autores expressivos do campo das ciências sociais, um olhar que confere à criança importância na apreensão das relações indivíduo-sociedade, configura-se hoje um quadro diferenciado.

Os estudos da infância são, nas suas dimensões interdisciplinares, um campo de estudo em pleno progresso e desenvolvimento. A partir do olhar da sociologia, da história, da antropologia, da psicologia, etc., e tomando por foco a infância como categoria social do tipo geracional, têm-se vindo a desenvolver trabalhos de pesquisa que procuram resgatar a infância como objeto de conhecimento, nas suas múltiplas articulações com as diversas esferas, categorias e estruturas da sociedade.

Esses estudos alargam as fronteiras do campo disciplinar de onde provêm para, na verdade, configurarem uma abordagem renovada (nos planos teórico, epistemológico e também metodológico) da infância como categoria social e das crianças como membros ativos da sociedade e como sujeitos das instituições modernas em que participam (a escola, família, espaços de lazer, etc.).

A emergência da temática em distintos espaços de produção do conhecimento tem sido demonstrada não apenas pela publicação de várias obras (*Childhood studies*), mas também no desenvolvimento de pesquisas no interior dos programas de pós-graduação, que tomam a infância como objeto, revelando novos eixos de análise e temas de estudo.

1. PRIORI, Mary. *História da criança no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

2. Maria Lucia Palhares Burke estabelece instigante análise do projeto teórico de Freyre, em que afirma que, nesta indicação inicial, o autor anuncia um projeto investigativo que sustenta sua produção posterior.

3. BENJAMIN, Walter. *Reflexões: a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Summus, 1984.

4. HUIZINGA, Johan. *Homo ludens*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

Esta coletânea tem em vista compreender como, nos distintos espaços disciplinares e interdisciplinares, vem se configurando a construção de referenciais teórico-metodológicos que norteiam as investigações sobre a infância. Para tal, foram convidados autores brasileiros e portugueses que vêm, nos últimos anos, desenvolvendo estudos sobre a criança, nos seus diferentes campos investigativos e produzindo um rico diálogo entre os dois países. Objetiva-se realizar um balanço da produção mais recente no interior de cada campo, analisando os eixos de tal produção, os principais conceitos e categorias articuladas à temática. Alguns temas e definições conceituais atravessam os distintos campos, sendo problematizados nos diferentes artigos que compõem esta coletânea. Vale a pena destacá-los.

Uma distinção que afirma-se tanto na sociologia quanto na antropologia, na história e filosofia é entre os termos infância e criança. Walter Kohan faz um resgate etimológico dos vocábulos que definem a infância e a criança, permitindo-nos refletir sobre como a linguagem, além de expressar, circunscreve um olhar sobre a criança. Por outro, o autor, partindo da análise dos usos da linguagem pela criança, discute o que anuncia como outras possibilidades do próprio filosofar. Perspectiva que se faz presente não apenas na fala da criança analisada pelo autor, mas numa tradição filosófica indicada já em Sócrates. Para Kohan, estabelecer relações entre a criança e a filosofia implica ter como foco não seu produto, a teoria filosófica, mas o processo, o ato de filosofar de um sujeito que, em seu discurso, indaga o real.

A singularidade do discurso da criança expressa-se não apenas no registro oral, como analisado por Kohan, mas também nas formas que ela se apropria da linguagem escrita, como estudado por Eduardo Calil. O autor busca apreender como lingüística e discursivamente a criança inscreve formas gráficas em seus primeiros textos escritos fora do contexto escolar, marcados por uma relação fortemente dialógica entre sua própria escrita e os textos lidos e escutados que circulam em seu cotidiano. Com base em um estudo empírico, o pesquisador aponta, nas escritas de uma criança em fase inicial de alfabetização, a singularidade de seu percurso autoral.

A perspectiva de tomar como objeto de análise o discurso (e as demais expressões simbólicas) da criança atravessa os diferentes artigos do livro, em que se define uma abordagem que considera a criança um sujeito social e histórico, com uma identidade diferenciada do adulto, delimitando formas próprias de significação do mundo.

Tal é o caso do capítulo escrito por Manuela Ferreira. A autora procura realizar uma abordagem da infância, onde, a propósito da tematização da pesquisa com crianças, se enunciam as linhas conceituais que privilegiam um olhar que considera as crianças como atores sociais, assumem a sua autonomia conceitual e advogam a etnografia como uma metodologia particularmente útil porque permite captar uma voz mais direta das crianças e a sua participação na produção de dados sociológicos. A perspectiva teórico-epistemológica da autora levam-na a considerar as dimensões interacionais da pesquisa com crianças, assinalando os lugares da diferença e alteridade epistemológica e gnoseológica, que a levam a recusar

uma posição adultocêntrica, para acentuar uma perspectiva ética, participativa e reflexivamente atenta do trabalho científico com crianças. Nessa abordagem, são mobilizados elementos oficinais da pesquisa etnográfica feita pela autora numa escola infantil portuguesa.

No campo da história, a análise das produções infantis encontra uma limitação característica. Neste caso, dificilmente a criança faz-se autora do registro da sua história, sendo o adulto que documenta a infância. Porém, Maria Cristina Gouvêa busca indicar possíveis registros históricos infantis, no entrecruzamento com os documentos produzidos pelo adulto, a serem resgatados pelo pesquisador. As fontes sobre a história da infância indicam, por um lado, as produções discursivas que definem um olhar adulto sobre o sujeito infantil definindo práticas socializatórias. Por outro, dão visibilidade aos diferentes percursos históricos de sujeitos concretos, crianças, percursos informados pelas práticas socializatórias dos adultos.

O questionamento do olhar historicamente produzido sobre a infância embasa também o artigo de Vera Valadares voltado para os estudos psicológicos sobre os processos de desenvolvimento humano. A autora resgata significativa produção do campo que busca analisar o tempo da infância destacando os processos de construção de identidade social, em que a psicologia é renovada no diálogo com outras ciências, como a sociologia e a antropologia.

No caso das experiências das crianças nas sociedades contemporâneas são inegáveis as radicais transformações nas suas formas de inserção, revelando como a categoria infância vem sendo ressignificada. Tal questão vem sendo abordada na recente produção da sociologia da infância, como analisado por Manuel Sarmiento. Busca-se, nesta produção, apreender como a categoria infância atua sobre a experiência de crianças com pertencimentos sociais diferenciados. A homogeneização da infância numa cultura globalizada confronta-se com a heterogeneidade das experiências infantis, produzindo novas formas de exclusão social. Por outro lado, o autor retoma a perspectiva da sociologia da infância de considerar a criança como sujeito que tem uma produção simbólica diferenciada, produzida na interlocução com a cultura mais ampla, produção que define uma cultura infantil com identidade própria.

Esta questão traz para o centro dos estudos sobre a criança a definição do termo cultura infantil. Tal termo, cada vez mais presente, recebe contornos diferenciados nos distintos campos de investigação. Tem-se, por um lado, a massiva produção, analisada por Solange Jobim e Raquel Salgado, de artefatos culturais produzidos pelos adultos e dirigidos à criança, artefatos que trazem a marca do seu tempo, numa cultura midiática. As autoras analisam a cultura lúdica infantil tendo como foco os processos simbólicos envolvidos nas atividades lúdicas mediadas pelos recursos midiáticos. Se, por um lado, as crianças aparecem como sujeitos ativos nas formas de apropriação de tais artefatos, na produção de uma cultura lúdica infantil, por outro, esta dá-se no interior de relações sociais concretas, definidas pelo adulto. No caso, se os artefatos midiáticos produzem nas crianças novas competências simbólicas historicamente construídas, tais produtos nas formas

como circulam nas sociedades contemporâneas capitalistas inscrevem novas formas de exclusão social e cultural.

Ainda sobre a mídia, o estudo apresentado por Sara Pereira sinaliza as linhas de desenvolvimento mais recentes no trabalho científico feito a propósito da produção televisiva para crianças. Recusando as posições tremendistas, que amiúde apontam à televisão as “culpas” da violência e perturbação que, na verdade, encontram na sociedade desigualitária as suas raízes, e opondo-se também à visão de que a programação televisiva é uma “questão de mercado”, a autora assinala as dimensões sociais, políticas, psicológicas e comunicacionais que hoje gerem a oferta da televisão para crianças. Através da revisão da abundante literatura internacional sobre essa realidade, a autora assinala os paradoxos não apenas na fundamentação da programação televisiva para crianças, numa sociedade mediatizada e globalizada, como também da própria percepção social na recepção dos programas televisivos pelas crianças. “Ouvir as crianças” parece ser o cuidado fundamental quer no domínio da programação televisiva, quer na própria produção de conhecimento sobre as relações criança-televisão, que estão longe das visões reductoras e deterministas mais *prêt-à-porter*.

Se a mídia revela uma produção cultural adulta dirigida à criança, toda uma tradição de estudos sobre a criança busca dar visibilidade à cultura infantil, entendida como produção da criança, no diálogo com a cultura adulta. Sonia Kramer resgata tal olhar na obra de Walter Benjamin, o qual anuncia a perspectiva teórico-metodológica que informa a produção da autora, tanto dando ênfase à originalidade do olhar infantil sobre o mundo, como denunciando a massificação da experiência na vivência da infância na contemporaneidade. Sonia Kramer parte da desconstrução do universo social do adulto pela criança, dialogando com os pressupostos de uma socioantropologia presente em Benjamin, Baktin e Vygotsky. A autora indica a fertilidade de tal perspectiva, em que o estudo da linguagem da criança centra-se na análise das interações verbais, através das quais a criança expressa a singularidade do seu olhar, sua irreduzível alteridade em relação ao adulto.

O conceito de alteridade para pensar a criança e suas produções simbólicas tem informado muito da produção, caracteristicamente no domínio da antropologia, como analisa Ana Maria Gomes. Termo construído pela antropologia que anuncia a irreduzibilidade da diferença entre o eu-domínio do investigador, no caso o adulto e o Outro, a criança, adensando o debate teórico-metodológico.

Na análise desenvolvida por Ana Maria Gomes destaca-se a perspectiva de interpretar, com as ferramentas conceituais da antropologia, aspectos e cenas reveladoras da alteridade do olhar da criança sobre o mundo, desvelando sua lógica e anunciando férteis possibilidades investigativas. Ao lançar mão da análise de situações de campo, em contextos diversos, destaca-se o estudo dos processos de significação do mundo social pela criança, mundo este calcado numa lógica adultocêntrica.

Especialmente crítica é a situação das crianças consideradas de risco. Não ignorando os “riscos” do conceito de “criança de risco”, Paula Cristina Martins trabalha sobre o paradoxo dessa denominação potencialmente excludente, para rever

de forma extensa e aprofundada as principais teorias, metodologias de diagnóstico e de intervenção e políticas públicas sobre as crianças em processo de exclusão social. Ainda que predominantemente abordado a partir das suas inscrições enquanto problemática largamente trabalhada na Psicologia, especialmente na Psicologia Social, a revisão feita pela autora abre o leque a outras disciplinas, promovendo um enfoque multi e interdisciplinar.

Se a criança, nas ciências humanas e sociais, tem interrogado estes distintos campos disciplinares, levando a uma produção crescente sobre o tema, a pedagogia, como trabalhado por Miguel Arroyo em seu texto, é também interrogada por tais campos. As práticas educativas escolares e extra-escolares, que historicamente municiaram-se da produção científica sobre a criança, vêm-se diante de novas referências postas por tal produção, ao mesmo tempo que é interrogada pela própria criança, em sua ação social. A emergência de novas formas de inserção e participação social da criança questiona as estratégias de intervenção produzidas pela pedagogia, fundadas num modelo de infância que não mais encontra eco na vida social.

Assim é que pensar a criança e a infância, no interior das ciências humanas e sociais, indica-nos assumir uma perspectiva polifônica. Ao leitor, cabe estabelecer as conexões, convergências, bem como as diferenças e contradições nas questões tematizadas nos diferentes textos. Interessa-nos oferecer elementos para o debate, debate este ainda recente. Mas cabe-nos, como pesquisadores e profissionais que atuam junto a estes sujeitos concretos, crianças, não superpor o nosso discurso ao discurso infantil, retomando a origem etimológica que, ao nomear a criança, define uma *infans*: a dos sem fala. Parafraçando Freud, cabe-nos, em nossas práticas, indagar a este intrigante sujeito: afinal, o que quer uma criança?

Manuel Jacinto Sarmento
Maria Cristina Soares de Gouvêa